



JÉSSICA EUFRÁSIO
jessicaeufrasio.df@dabr.com.br

Mudança em lei distrital amplia acesso a passe livre para pessoas com doenças crônicas

Uma atualização no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Distrital nº 6.637/2020) publicada, ontem, no *Diário Oficial do Distrito Federal* (DODF) incluiu oito grupos na lista do público autorizado a requerer o passe livre. Agora, a norma prevê acesso ao transporte público gratuito para pessoas com doenças crônicas, desde que em tratamento continuado. A alteração foi promulgada pela Câmara Legislativa após a derrubada de diversos vetos do Executivo local. Além dessa novidade, o texto passa a estabelecer penalidades por descumprimento.



ED ALVES/CB/D.A. Press

Só beneficiários em tratamento

Com a mudança, a permissão para usufruir do benefício se estendeu para cidadãos que fazem acompanhamento médico dos seguintes quadros: insuficiência renal crônica, doença de Crohn, câncer, transtornos mentais graves, aids, mucoviscidose, hemofilia e esclerose múltipla. Para ter direito às viagens gratuitas, porém, é necessário apresentar a carteira especial do passe livre, obtida após apresentação de documentos junto à secretaria distrital responsável pelas políticas públicas para pessoas com deficiência — atualmente, a Sepd-DF.



Brito/GDF

Primeira instância absolve réu da Caixa de Pandora

Ex-secretário da Ordem Pública e Social e ex-corregedor-geral do DF, Roberto Eduardo Giffoni foi absolvido de acusações no âmbito da Operação Caixa de Pandora. Em decisão da 2ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, a Justiça considerou improcedente a atribuição de crime de improbidade administrativa associada ao procurador federal. A decisão se deu pela falta de provas, segundo o juiz que analisou o caso.

Apuração

Deflagrada em 2009, no governo de José Roberto Arruda, a operação apurou a suposta distribuição de recursos à base aliada do então chefe do Palácio do Buriti. Giffoni foi denunciado pelo Ministério Público do DF e Territórios porque teria apresentado patrimônio incompatível com a remuneração que recebia à época. O delator Durval Barbosa havia afirmado que Roberto Eduardo era responsável por conseguir reconhecimentos de dívidas por serviços prestados ao GDF, mas sem amparo contratual nem abertura de licitação.

Entendimento

O ex-secretário negou que teria cometido qualquer ato de improbidade administrativa. E, para o magistrado que avaliou o processo, não existem provas de recebimento dos valores informados pela acusação, tampouco de que o presumido envolvimento no esquema teria levado ao aumento patrimonial descoberto pelos investigadores. Cabe recurso da decisão.

Justiça exige abertura de novo prazo para inscrições em concurso da FUB

Uma decisão da Justiça Federal determinou que o Cebraspe reabra por 10 dias o prazo de inscrições no concurso da Fundação Universidade de Brasília (FUB) para pessoas com deficiência. No pedido de liminar, o Ministério Público Federal alegou que houve exigência desproporcional e discriminatória quanto à comprovação médica para registro no certame. O edital, publicado em janeiro, previa a apresentação de laudo com assinatura de três profissionais que atestassem a deficiência do participante. Para o juiz federal substituto Marcos José Brito Ribeiro, da 13ª Vara Federal Cível, o requisito “transfere o ônus legalmente atribuído à Administração (Pública) para o candidato” e “afronta o princípio da isonomia” por impor obstáculos a quem não dispõe de recursos financeiros. As partes podem recorrer.

Júlio Minasi - Secom UnB / Reprodução



“Desta vez foram os contratos de informática! No governo Ibaneis, o Iges (Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF) é foco de denúncias de falcatruas. Foi assim na pandemia e volta agora para as páginas policiais. Não há controle. A mamata corre solta”

Izalci Lucas (PSDB),
senador pelo DF



“Fico feliz com o trabalho do Ministério Público. Acho que é obrigação das entidades, como é o caso do MPDFT, de fazer esse trabalho de fiscalização. E nós, do governo, vamos colaborar com tudo. Esperamos que o MP chegue ao fim dessas investigações e, depois, se for o caso, (que) faça as denúncias. Não compactuo com corrupção e, se comprovado, espero que todos sejam punidos”

Ibaneis Rocha (MDB),
governador do DF



SÓ PAPOS

Decreto estabelece regras para plano de saúde dos policiais civis

Depois de anunciar a inclusão de policiais civis no programa distrital de assistência integral à saúde, o decreto que dispõe sobre o assunto detalhou as condições para adesão dos integrantes da força de segurança. Como antecipado pela coluna, o benefício valerá para servidores ativos, inativos, além dos respectivos dependentes legais. A categoria poderá usufruir do plano GDF Saúde pelo modelo de coparticipação, mediante repasse de 3% do rendimento bruto mensal registrado em contracheque ao Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (Inas). Para dependentes, a porcentagem é de 0,5% por pessoa. Vale lembrar que a participação está sujeita a prazo de carência.

Reforço na Defensoria Pública

Uma parceria firmada ontem pretende acelerar o andamento de processos na Defensoria Pública do Distrito Federal. O órgão e a Faculdade Presbiteriana Mackenzie de Brasília assinaram termo de cooperação para que estudantes de direito da instituição de ensino atuem gratuitamente no atendimento à população. O acordo prevê assistência jurídica à comunidade, bem como análises de soluções para processos, sob acompanhamento dos servidores da DPDE.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

INVESTIGAÇÃO / Quatorze mandados de busca e apreensão foram cumpridos pelo Prosus, Gaeco e Decor em endereços comerciais e nas casas dos investigados, incluindo a do ex-secretário de Saúde Francisco Araújo

Contratos suspeitos no Iges

» DARCIANNE DIOGO

Investigados por crimes de peculato e organização criminosa, além de um contrato que teria sido superfaturado em R\$ 33 milhões para serviços de informática do Instituto de Gestão Estratégica em Saúde (Iges), servidores, ex-diretores do órgão e funcionários de empresas contratadas foram alvos da operação Malware, deflagrada ontem. Entre os supostos envolvidos no esquema está o ex-secretário da Secretaria de Saúde Francisco Araújo.

Quatorze mandados de busca e apreensão foram cumpridos nas casas dos investigados e em endereços comerciais. De acordo com o Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT), estão sob suspeita as contratações na área de tecnologia da informação firmadas pelo Iges-DF entre 2018 e 2020. A Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus) e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) tiveram apoio do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado da Polícia Civil (Decor) na operação.

O **Correio** apurou que, em 2019, o órgão abriu processo para a realização da reestruturação da rede lógica do Hospital de Base, abrangendo itens como serviços

Ed Alves/CB



Valor de contratos foi ampliado de R\$ 13 milhões para R\$ 33 milhões, sem justificativa aparente

de instalação e manutenção corretiva. Após um comparativo de preços, apenas quatro fornecedores indicaram orçamentos, inclusive, empresas inaptas (que tinham alguma omissão de declaração fiscal por dois anos seguidos). Segundo a apuração, havia relação entre os sócios da vencedora e as outras candidatas. A análise revelou, ainda, a ausência de capacidade financeira e técnica de uma das ganhadoras

para assumir contrato considerado tão “complexo”.

Superfaturamento

A empresa vencedora apresentou preço global de mais de R\$ 13 milhões para executar o serviço pelo prazo de 12 meses. No entanto, esse valor foi ampliado para R\$ 33 milhões, sem justificativa aparente. Ainda de acordo com as investigações, os contratos tinham preço 800%

superior ao encontrado no mercado.

Além de Francisco Araújo, ex-diretor-presidente do Iges-DF foram alvos da operação: Paulo Roberto Santos de Melo, Renato Ricardo Alves, Marcelo Araújo Meneses, Pedro Igor Fernandes, Renato de Souza Santos, Vinicius Mota do Nascimento, Marcos Flávio de Souza, Edilmara Albino Dato. E as empresas: Wake Up Informática, Patrimonial Serviços Especializados, M&M Projetos e Tecnologia e

Infinite Bank, Patrimonial Seguradora Eletrônica, NB Comércio e Serviços e Construções.

Questionado sobre a operação MPDFT e as supostas irregularidades nos contratos de serviços do Iges-DF, o governador Ibaneis Rocha (MDB) avaliou de forma positiva a ação da promotoria e afirmou que, em caso de comprovação de crime de corrupção, espera que haja punição.

“Fico feliz com o trabalho do Ministério Público. É obrigação das entidades, como é o caso do MPDFT, fazerem esse trabalho de fiscalização e nós, do governo, vamos colaborar com tudo”, destacou o chefe do Executivo local sobre o cumprimento dos mandados de busca e apreensão.

Ibaneis afirmou que não aceita corrupção e disse que aguarda o fim das investigações. “Nós esperamos que o Ministério Público chegue ao final dessas investigações e, se for o caso, faça as denúncias. Não compactuo com corrupção e, se for comprovado, espero que todos sejam punidos”, sustentou.

Outro lado

Em nota, o Iges-DF informou que “vem realizando auditoria em contratos das gestões

anteriores, inclusive do contrato objeto da operação deflagrada hoje pelo Ministério Público, que foi realizado em 2019”. O último pagamento referente ao contrato mencionado foi realizado em fevereiro de 2021. Estão bloqueados R\$ 8.016.985,58, para garantir a lisura do negócio e prevenir prejuízos até que toda a apuração seja devidamente concluída. O contrato com a empresa foi rescindido em 14/7/2020.

O Iges-DF acrescentou que não houve busca na manhã de ontem em suas unidades na Asa Norte (Edifício PO 700), Sia e Hospital de Base. O Instituto reforçou que é o maior interessado em esclarecer todas as dúvidas e apresentar todas as informações para que tudo seja devidamente apurado.

A Secretaria de Saúde informou, por meio de nota, que “aguarda a conclusão das investigações para prestar todos os esclarecimentos ao órgão fiscalizador dentro do prazo estabelecido por eles. Quaisquer prejuízos públicos serão objeto de processo de apuração. A equipe do **Correio** também tentou contato com a defesa do ex-secretário de Saúde Francisco Araújo, mas não obteve resposta até o fechamento da edição. O espaço segue aberto para manifestações.